



**TAMBÉM  
NESTA  
EDIÇÃO:**

## PAUTAS

Propostas Trs APROFURG  
para o 38º Congresso  
ANDES-SN  
PÁGINAS CENTRAIS

## AÇÃO

APROFURG aprova Frente  
Local para combater o  
fascismo  
PÁGINA 7

## DEMOCRACIA

STF ratifica a autonomia  
universitária e a liberdade  
de expressão dos docentes  
PÁGINA 8

## Editorial

# Dias intensos virão

Quase seis meses se completam desde a nossa posse na direção da APROFURG. Depois de muito esforço, entramos cheios de gás para fazer o frente na resistência das ideias e na luta pela justiça e liberdade. Construímos um grupo que tinha como tarefa se constituir no dialogar das ideias, em uma democracia turbulenta em movimento. Entramos quase como empurrados pela conjuntura política que se desenhou a partir de 2016 – o ano do golpe.

Nossas expectativas foram atropeladas pela conjuntura política. O pleito eleitoral presidencial que nos provocou a expormos nossos posicionamentos e, assim, nos expormos às opiniões de nossos colegas, gerou um confronto de ideias entre visões de mundo distintas. Ainda que por vezes mais tenso do que o esperado, todos pareciam estar estimulados a expor seus pontos de vista. Entre eles, encontramos mais companheiras e companheiros do que divergentes do nosso fazer no mundo. E reforço: são nestes momentos que encontramos nossos parceiros mais valiosos de luta. Vemos tempos difíceis pela frente. Ter a parceria de colegas, e por que não dizer amigos, que compartilham os mesmos anseios, é incrível. Queremos construir na diversidade, no diálogo e, sobretudo, na solidariedade. E assim seguimos nos expressando.

Nos últimos meses, fomos a todos os eventos do nosso sindicato, o ANDES-SN, para

construirmos uma agenda de resistência para o que nos aguarda. Entre as análises de conjuntura que compartilhamos em eventos locais e nacionais, há um ponto bastante claro a nós docentes: enfrentaremos uma nova investida do capital sobre o ensino em todas as esferas. No ensino superior, planos da bancada evangélica para a educação, a possibilidade e terceirização da atividade fim que engrossam o caldo da EC95, criam um cenário explosivo que pretende destruir nossa liberdade de cátedra e ainda acabar com o acesso das camadas mais populares às Universidades Públicas. Fomos provocados a fazer nossa parte e provocamos quem nos ouviu. As principais ações para os próximos anos devem estar ancoradas em ações locais e fora dos muros da Universidade. Temos que mostrar nosso fazer como docentes pesquisadores e extensionistas, reafirmando nossa relevância e compromisso com o desenvolvimento regional.

Neste sentido, os GTs da APROFURG são os espaços mais profícuos de ação na nossa estrutura sindical. A criação da Comissão da Verdade, tanto em nível nacional, quanto local, o dia da Consciência Negra, os dias 4 e 5/12 de mobilização contra a reforma da previdência e a defesa da educação pública e o II Seminário sobre os Impactos da Mineração, são exemplos de nossas lutas concretas em defesa da liberdade, da democracia e da justiça. Assim

como um final e ano conturbado, iniciaremos um ano de maneira intensa no 38º Congresso do ANDES-SN em Belém, cheio de angústias e incertezas com o novo governo de ultradireita. Além das discussões qualificadas que vivenciaremos, nos propomos a contribuir na construção coletiva através de vários textos enviados para este evento para subsidiar nossas lutas em todo território nacional.

Por fim, gostaríamos de compartilhar com todos aqueles e aquelas colegas de docência, ou mesmo para quem queira nos compre-

ender, nossas ações e ideias. Assim, convidamos a ler esta última edição deste histórico ano. Esperamos assim somar esforços com quem quiser nos dar a mão e seguir construindo um mundo mais solidário, altruísta, justo e gentil. Ao ler esta edição, esperamos que você se encha de boas ideias e disposição. Se o que nos parece esperar são dias amargos e doloridos, nossa única esperança é a nossa união enquanto classe trabalhadora. Venha construir com a gente!

## Charge

POR WAGNER PASSOS



### DIRETORIA BIÊNIO 2018/2020

PRESIDENTE: Professor Cristiano Ruiz Engelke - ICHI/FURG  
VICE-PRESIDENTE: Professora Marcia Borges Umpierre - ICEAC/FURG

1º SECRETÁRIO: Professor Mário José Junges - EQA/FURG (Aposentado)

2º SECRETÁRIA: Professora Amanda Moita Angelo Castro - IE/FURG

1º TESOUREIRO: Professor Lucas Santos Cerqueira - ICEAC/FURG

2º TESOUREIRA: Professora Roberta A. Machado - IF

### SUPLENTE

1º SUPLENTE: Cassiane de Freitas Paixão - ICHI/FURG

2º SUPLENTE: Professora Jaqueline Durigon - ICB/FURG

3º SUPLENTE: Professor Eduardo Dias Forneck - IO/FURG

4º SUPLENTE: Professor Gustavo Borba Miranda - IFRS

### ASSESSORIA DE IMPRENSA

Jornalista: Diego Balinhas - MTB/RS 15.569

(imprensaaprofurg@gmail.com)

REVISÃO DE TEXTO: Eliza Braga

REDAÇÃO: Av. Itália s/nº, sede da APROFURG  
Campus Carreiros FURG - Contato: (53) 3230 1939

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:  
Editora Casaletras - contato@casaletras.com

TIRAGEM: 1500 exemplares

Impresso em papel ímune conforme inciso VI  
Artigos assinados são de responsabilidade dos autores  
Distribuição gratuita

# SOBRE ANTOLHOS E CAVALOS ALADOS: O FEMINISMO COMO EXERCÍCIO DE LIBERDADE

Por **Joice Araújo Esperança**, Professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Segunda-feira, 22 de outubro de 2018. Acordo, verifico o horário e percebo que antes de sair da cama ainda resta uma parcela de tempo para acessar as notificações dos sites de redes sociais e dos aplicativos de mensagem, como de costume. Havia sido uma noite difícil, meu corpo revirou-se na cama por bastante tempo. Quando o corpo aquietava-se, a mente mantinha-se agitada e alerta, diante de alguns acontecimentos que envolviam a campanha eleitoral à presidência e que tinham sido narrados à exaustão na mídia durante o domingo. Imagens e declarações de um candidato que emana ódio, intolerância, violência e que manifesta absoluto desrespeito pelas mulheres. Um homem que autoriza e reforça o machismo e a misoginia, que violenta dia após dia eu e todas as mulheres.

Foi uma noite sem sonhos, sem planos, sem aquele frescor que antecede o início de mais uma semana de trabalho e de luta... Aquele viço de recomeço, que anuncia a renovação da esperança, sobretudo depois de um final de semana ensolarado e primaveril, havia me abandonado por completo.

Então, depois daquela noite atípica e do despertar desorientado, acesso um site de rede social e eis que me deparo com uma foto de Manuela D'Ávila caminhando sem medo, com um largo sorriso no rosto enquanto segurava um copo de café, bebida indispensável para enfrentar os desafios que acompanham uma manhã de segunda-feira. À sua frente, identifico a imagem de uma adorável criança, que parece brincar deslizando uma das mãos sobre a barra de apoio de uma rampa. Tratava-se da graciosa Laura, que conhecemos através da televisão, quando passou a acompanhar a mãe na assembleia legislativa do Rio Grande do Sul e ali já exercia seus direitos de criança: o direito de ser amamentada, cuidada, protegida, de habitar o colo de sua mãe e de ser amada... E na imagem que aqui descrevo, Laura usava uma camiseta com a seguinte inscrição: "lidere como uma garota".

Naquele momento, paralisei diante da imagem de uma mulher que sorri enquanto luta, que vive a maternidade e, ao mesmo tempo, segue engajada na defesa dos direitos das minorias, da juven-

tude, da equidade de gênero e da democracia. Confesso que senti vergonha por ter deixado de ter esperança, ainda que apenas por uma noite. E quando voltava o olhar para a imagem daquela menina, que junto a todas as crianças é capaz de desacomodar as formas de inteligibilidade do mundo governado por adultos/as, voltei a acreditar na possibilidade de que talvez, um dia, o patriarcado, o machismo e a violência contra as mulheres sejam apenas memórias de um passado reacionário e retrógrado.

Lembram que ao iniciar este texto mencionei que o machismo e a misoginia violentam as mulheres dia após dia? Pois na tarde de sábado fui *alvejada* por um homem *armado*. Motivação da violência? Ignorância, crença de que os homens são superiores às mulheres e que por isso as mulheres devem ser subjugadas, desrespeitadas, hostilizadas, ofendidas, violentadas... Sob a forma física ou simbólica, a violência contra as mulheres se reproduz e se perpetua. E quando isso é avalizado pela figura de um líder autoritário, a violência se desdobra, se ramifica, se fortalece e se prolifera incessantemente.

Por sorte não fui atingida pelo disparo de um revólver, não fui morta por golpes de faca, não tive o rosto desfigurado como já aconteceu e ainda acontece com tantas mulheres no Brasil e no mundo. A violência que sofreu foi de outra ordem, talvez por isso seja tão banalizada e recorrente. E talvez também por isso muitas de nós se acostumaram a aceitar quando o colega de trabalho interrompe nossa fala incontáveis vezes, quando nossas opiniões e argumentos são desqualificados e nos dizem para voltarmos para a cozinha, quando somos ofendidas, hostilizadas, humilhadas "apenas" verbalmente... E essa naturalização da violência que não deixa marcas visíveis no corpo vai, pouco a pouco, silenciando nossas vozes.

Volto ao episódio de sábado à tarde, quando um homem desprovido de argumentos minimamente fundamentados sobre a atual conjuntura política do país, comparou-me a um cavalo "porque eu não enxergava direito", numa nítida alusão ao animal que tem seu campo de visão controlado, para olhar apenas numa direção. Referia-se, portanto, aquele ins-

trumento denominado antolhos, que limita a visão dos animais de carga, animais esses que costumam ser conduzidos por um dono ou por um senhor.

Isso me fez entender porque tantos homens ofendem e hostilizam mulheres como eu, como você que está lendo este texto, como a Manuela... Porque nossa voz, nossa inteligência e nossa independência não se alinham à figura da mulher submissa, recatada e do lar que muitos homens aprendem a admirar no contexto de uma sociedade patriarcal. Porque nossa postura ameaça seu autoritarismo e seu desejo de poder e de dominação. Entendi que a Manuela é hostilizada na internet porque, como diz o perspicaz escritor uruguaio Eduardo Galeano, "o machismo é o medo dos homens das mulheres sem medo".

Refletindo sobre o acontecido – para quem não sabe, pensar é um "cacoete" feminista, um desses hábitos que uma vez instalados e repetidos não conseguimos evitar – me dei conta que amo todos os animais, amo cavalos e amo todas as "gentes". E esse amor que senti me impulsionou a pensar que se fui hostilizada preciso continuar a lutar, a sorrir e a ter esperança, como a Manuela e a Laura faziam quando capturadas pela lente de um/a fotógrafo/a. E tenho constatado que o amor, ao contrário do ódio, nutre o imaginário e o intelecto. Então, voltei a sonhar de olhos abertos.

Nesse exercício imaginativo eu era um lindo cavalo alado e organizava uma revolução para que os meus companheiros cavalos compreendessem que nenhum cavalo, de nenhum gênero, estava subjugado à condição de animal de carga ou de montaria. Infelizmente, alguns se recusavam a remover o instrumento que limitava seu olhar. Esses eram os que me hostilizavam e consideravam uma loucura um cavalo achar que poderia voar. Diziam que cavalos alados eram comunistas e que era preciso puxar carroças a vida inteira para o "bem da sociedade". Percebi que mesmo se eu fosse um cavalo eu continuaria a revolucionar o cotidiano. Nesse momento o ressentimento cedeu lugar à compaixão por aqueles/as que se incomodam e tentam oprimir o desejo de liberdade e o voo das mulheres e dos homens que lutam!

# PROPOSTAS Trs



28 de janeiro  
a 02 de fevereiro  
de 2019  
Belém - PA

## TR A RESISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS

**Autores:** Eduardo Forneck (GTPAUA APROFURG), Jaqueline Durigon, (GTPAUA APROFURG), Márcia Umpierre (GTPAUA APROFURG), Tatiana Walter (GTPAUA APROFURG), Eduardo Antunes Dias (GTPAUA APROFURG), Cristiano Engelke (APROFURG)

O processo de mudança da nossa relação com os recursos naturais, iniciada na *Revolução Industrial*, acabou por produzir uma nova ordem no campo, chamada comumente de *Revolução Verde*. Assim como a Revolução Industrial nas zonas urbanas, esta mudança provocou a piora das relações de uso dos recursos naturais, além de comprometer a justiça social no campo. Ao concentrar terras, intensificar o êxodo rural e degradar os ambientes, o sistema posto, ameaça tanto os ecossistemas como os modos de vida das populações tradicionais. Decorridas algumas décadas, tais mudanças nos levaram a uma situação socioambiental insustentável, na qual se intensificam ações violentas sob as populações remanescentes do campo e o envenenamento generalizado do solo, do ar, das águas e de todas as formas de vida do planeta.

Mais recentemente, no Seminário Nacional do GTPAUA sobre agrotóxicos, entre os dias 23 e 25 de novembro de 2018, foi destacado pelo Ministério Público do Trabalho as inúmeras denúncias em relação às condições de trabalho no campo: vários casos de adoecimento dos(as) trabalhadores(as) do campo com diagnóstico de câncer, suicídio, má-formação, intoxicação aguda, etc. Como agravante da situação, as indenizações no Brasil por adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos são irrisórias e humilhantes, quando comparadas com outros países, especialmente aos EUA que está entre os países que mais utiliza agrotóxicos. Parece existir uma epidemia silenciosa que afeta as populações do campo (pequenos agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores-agricultores, etc.), sobretudo daqueles mais vulneráveis. Estima-se que no Brasil, há 70 mil mortes por agrotóxicos e 22 milhões de casos de envenenamento, sendo menos de 2% dos casos notificados.

A mesma lógica do capital que degrada as condições de trabalho do campo está diretamente ligada à insegurança alimentar que a humanidade se encontra: 50% da alimentação mundial depende de apenas três grãos (milho, trigo e arroz). Esta homogeneização da nossa alimentação concentra poder na mão de poucas indústrias, constituindo uma ameaça à soberania alimentar, ou até mesmo nacional. Nesse contexto, o grande poder político-econômico, especialmente da indústria do agrotóxico, vem pressionando para a flexibilização das leis ambientais, aprovação do pacote de veneno (PL 6299/02), e intensificando as ações de renúncia fiscal e créditos subsidiados para o agronegócio, além da legitimação dos passivos ambientais. Em relação a este último, a NBR21 que regula o manejo com os agrotóxicos, na tentativa de reduzir tais passivos para o trabalhador do campo, é completamente descolada da realidade destes. Trata-se de uma norma feita para o agronegócio dando a falsa ideia que é possível manejar os agrotóxicos de maneira segura. Contudo, vários estudos mostram que os EPIs não protegem o trabalhador do campo, a lavagem do EPI não é viável para o pequeno agricultor.

Porém, é possível vislumbrarmos algumas ações de luta e resistência. Recentemente, no dia 4 de dezembro de 2018, foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara Federal, o texto da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA; PL 6670/16). Uma pequena batalha na luta contra o uso de agrotóxicos. A exemplo deste PL, é possível propor em cada estado, ou mesmo nos municípios, dispositivos legais semelhantes. Neste sentido, o papel dos conselhos estaduais e municipais, tanto de agricultura, quanto de meio ambiente e saúde, são coletores-chave nesta função. A busca permanente por práticas agroecológicas parece ser o caminho acertado para lutar e resistir a esta nova crise do capital, no que tange as formas de produção do alimento do campo e a conservação dos recursos naturais.

Neste sentido, a agricultura de base agroecológica se constitui como estratégia de combate e resistência, e que ainda aponta para uma saída concreta ao propor outro modelo de produção de alimento. As práticas agroecológicas alteram a

relação de poder no campo e com desdobramentos na cidade, uma vez que se constitui de três eixos: produção, conhecimento e uso e conservação dos recursos naturais ou, ainda, prática, ciência e movimento social. Além de estreitar laços com os movimentos sociais, especialmente do campo, valoriza o saber tradicional como ferramenta indispensável aos modelos agroecológicos. Nesse sentido, é importante e também destacar a importância do projeto das licenciaturas da Educação do Campo e das escolas do campo. Assim como a Agroecologia, a área do conhecimento da Educação do Campo, surgiu na militância dos movimentos sociais e contextualizada na realidade do campo. O papel transformador do ensinar nas diversas realidades do campo e seus recursos naturais estimulam a mudança da cultura de acumulação do capital para cultura contra-hegemônica. Assim, a Educação do Campo e a Agroecologia são práticas indissociáveis na busca pela soberania e segurança alimentar e nacional.

## TEXTOS DE RESOLUÇÃO PARA O 38º CONGRESSO DO ANDES-SN

- Incentivar a promoção de Seminários Regionais do GTPAUA, articulados entre as Regionais e suas Seções Sindicais, que discutam as temáticas mais urgentes e que venham a fortalecer as lutas e resistências locais junto aos movimentos sociais, na defesa de seus territórios e da sociobiodiversidade. Estes seriam eventos de preparação e acumulação para os Seminários Nacionais do GTPAUA.

- Ocupar os espaços deliberativos locais, especialmente dos conselhos municipais e estaduais de meio ambiente, de agricultura e de saúde, para promoção de instrumentos de redução do uso de agrotóxicos e incentivo ao modelo agroecológico de produção.

- Multiplicar, nos espaços internos das IES, as feiras agroecológicas e de produção orgânica como forma de garantir a comercialização solidária e justa e a aproximação com os diversos movimentos dos agricultores(as) agroecológicos e orgânicos.

- Na medida do possível, transformar as ações de resistência e luta dos sindicalizados na área ambiental em projetos de extensão, no que tange às ações construídas com as populações tradicionais e povos originários que atuam no sentido da resistência à expropriação dos recursos naturais, de forma a, consolidar e assegurar tais ações.

- Promover debates para desconstituir as supostas qualidades do agronegócio e mostrar as relações nefastas deste setor com políticas públicas de financiamento, isenções fiscais e perdas de dívidas, mostrando alternativas agroecológicas na produção de alimentos.

## TR APROFURG - REFORMULAÇÃO DOS EVENTOS NACIONAIS DELIBERATIVOS (CONGRESSO E CONAD) DO ANDES-SN

**Autores:** Texto aprovado na Assembleia Geral do dia 22 de novembro de 2018.

Os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN têm grande importância no contexto organizacional e político do nosso sindicato. Os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN são instâncias que contribuem de maneira significativa para a manutenção e o avanço da democracia interna no sindicato, assim como funcionam como importantes espaços-tempo de formação e articulação dos sindicalizados. Os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN têm cumprido papel fundamental na organização das lutas do setor da educação no país e contribuído relevantemente com os avanços da classe trabalhadora de maneira geral. Entretanto, é nossa avaliação que os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN mais contemporaneamente começaram a apresentar questões que podem ser mitigadas para que seu funcionamento seja aperfeiçoado.

Apresentaremos três áreas que em nossa avaliação podem ser atacadas para que entendamos os problemas que identificamos no funcionamento dos eventos nacionais deliberativos (Congresso

e CONAD) do ANDES-SN: a questão do custo, a questão da utilização do tempo e a questão da qualidade dos debates.

Os custos do Congresso do ANDES-SN e do CONAD vem crescendo, de acordo com o crescimento do sindicato e do número de associados. O Congresso de 2018, por exemplo, teve um total de despesas realizadas de R\$ 429.441,80. O 63º CONAD teve despesas previstas na ordem de R\$ 313.118,57. Tais valores são consideráveis e tem impacto tanto no tesouro do sindicato nacional quanto nos cofres das seções sindicais. Procurar formas de diminuir os custos dos eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN pode contribuir para que as lutas que se farão mais do que necessárias no período próximo futuro sejam melhor financiadas.

Os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN tem ganho importância, como dito acima, organizacional e política no contexto do sindicato. Um elemento que corrobora é o fato de que as pautas e os debates têm se feito cada vez mais complexos e extensos. Isso não pode ser considerado ruim. Entretanto, a preparação de tais eventos e sua realização tem sido consideradas crescentemente dificultosas por muitos. Adicionalmente, é preciso frisar que os eventos tomam vários dias e quase todos os turnos desses dias, se tornam cansativos e algumas pessoas diriam que inclusive contra produtivos.

Por fim, a qualidade dos debates parecer ter caído, em função do formato atualmente utilizado. Plenárias que duram 6, 8, 12 horas, grupos de discussão que atropelam debates, falta de tempo para refletir e deliberar sobre assuntos relevantes têm sido lugar comum em nossos eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD). Isto pode mesmo estar minando, por exemplo, o processo riquíssimo de democracia interna que o sindicato construiu ao longo de sua história. Um exemplo recente foi a organização dos grupos mistos do CONAD 2018. A diretoria, sentindo com antecedência que a agenda de tais grupos era demasiadamente extensa, organizou os trabalhos de forma que cada grupo focasse mais especificamente em determinados temas. Isso pode ter impedido que delegados e observadores pudessem incidir sobre assuntos de temas que não aqueles designados a seus grupos. Assim, propostas que estes pudessem fazer aos TRs dos temas que tais delegados e observadores não puderam debater em seus grupos talvez tenham sido impedidas de ser discutidas, logo que estas podem também não ter tido espaço nas plenárias.

Uma parte das causas dos problemas apresentados é insolúvel, isto está claro. Algumas discussões durarão muito tempo, certos temas serão debatidos ao extremo, financiar uma estrutura gigantesca como a do nosso sindicato custará caro. Entretanto, nos parece que chegamos a um determinado ponto onde todas essas questões estão contribuindo ao mesmo tempo para que nossos eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) decaiam em qualidade interna e talvez, enquanto instrumento da classe. Assim, apresentamos a TR abaixo, como forma de tentar organizar coletivamente, no coração do sindicato, formas de mitigar as questões apresentadas e outras que possivelmente surjam no decorrer do processo.

## TR - O 38º CONGRESSO DO ANDES DELIBERATIVOS

1 - Que o ANDES-SN crie uma comissão especial para apresentar proposta de reformulação do Congresso e do Conselho das Associações Docentes (Conad) do ANDES-SN;

2 - Que a Comissão para a reformulação do Congresso e do Conselho das Associações Docentes (Conad) do ANDES-SN seja composta por 3 diretores nacionais do ANDES-SN e 3 sindicalizados escolhidos em plenária no 38º Congresso do ANDES-SN;

3 - Que a Comissão para a reformulação do Congresso e do Conselho das Associações Docentes (Conad) do ANDES-SN apresente arrazoado com suas reflexões iniciais, com base em consultas à base do ANDES-SN, no CONAD 2019;

4 - Que a Comissão para a reformulação do Congresso e do Conselho das Associações Docentes (Conad) do ANDES-SN apresente no 39º Congresso do ANDES-SN (2020) uma minuta/relatório com linhas gerais e ações específicas com vistas a reformular eventos nacionais deliberati-

vos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN.

## TR MULTICAMPIA

**Autores:** Diretoria da APROFURG

As Universidades, em sua grande maioria, contam com uma estrutura de multicampia, a qual teve um crescimento com a expansão das universidades federais, em especial a partir de 2007, o que gerou a criação de centenas de novos campi em um processo de interiorização da Universidade. A relevância da inserção da Universidade em cidades do interior é muito grande, permitindo o acesso de milhares de estudantes, bem como contribuindo com o desenvolvimento regional dessas localidades. Outro fator importante, é a atuação de alguns docentes junto aos movimentos sociais e ações solidárias, respondendo às demandas regionais específicas das populações mais vulneráveis, como economia solidária, agroecologia, extensão rural e direito dos animais, por exemplo, além de servir de espaço para a construção de pensamento crítico e de articulação com sindicatos e movimentos sociais, representando uma nova dinâmica nas regiões em que os campi se instalam.

Esse processo veio muitas vezes acompanhado de uma estrutura provisória e precária, acarretando grandes dificuldades ao trabalho docente, inclusive com alto índice de adoecimento de professores e professoras. Por outro lado, os ataques às Universidades são ainda mais intensos nos campi fora da sede e, portanto, torna-se muito importante que haja um maior fortalecimento das seções sindicais na estrutura multicampia, buscando também uma maior divulgação das atividades exercidas.

De acordo com Lauxen, Universidade Multicampia pode ser compreendida como:

*"o termo remete a uma concepção de universidade com uma estrutura organizacional distribuída em vários espaços geográficos, sem estabelecimento de ordem de importância para qualquer um deles. Isso quer dizer que ela forma unidades com polos de ação situados em contextos físico-territoriais diferentes e procura atender aos interesses das regiões em questão. Tem o propósito de avançar o desenvolvimento a partir de discussões sobre a natureza e especificidade de cada região de modo a aproveitar o potencial e gerar oportunidades aos que vão estudar. É uma proposta que favorece a interiorização da Educação Superior, onde cada campi é sede da universidade e polo importante na formação do conhecimento. Possui a administração própria e autonomia para gerir seus recursos, regular suas especificidades acadêmico-científicas tendo sempre presente a integração entre as unidades, comportando, dessa forma, uma profunda relação com o contexto urbano e regional de cada comunidade em que está inserida de modo a buscar seu desenvolvimento social, econômico, cultural. (LAUXEN, S. L. Universidade multicampi. In: MOROSINI, M. Enciclopédia de pedagogia universitária e glossário. V. 2. INEP/MEC. 2006)*

As seções sindicais, aos poucos, vão se apropriando dessa estrutura, buscando formas de alcançar a categoria em todos os campi, com avanços na comunicação, mobilização, ações e assembleias. Ainda assim persiste uma dificuldade de atuação por parte de muitas seções sindicais, sendo assim também muito importante que o ANDES-SN e as seções sindicais tenham um grupo de trabalho que trate especificamente do tema da multicampia, que discutirá assim tanto a multicampia e as IES, como a própria estrutura multicampia das seções sindicais. As poucas atividades que já trataram desse tema são insuficientes e demonstram que o tema da multicampia ainda é pouco discutido no ANDES-SN. Dessa forma acreditamos que a criação de um GT que trate dessa temática no ANDES-SN acrescentaria uma discussão que diz respeito diretamente da vida de milhares de docentes que atuam nesses campi.

## TR - X

## O 38º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERATIVOS

Que o ANDES-SN crie o GT Multicampia, um grupo de trabalho para tratar questões relacionadas à estrutura de multicampia das IES, tanto

no que diz respeito à estrutura dos *campes* a precariedade das condições de trabalho, bem como à estrutura multicampes e sua continuidade como política pública que atende uma parte significativa de estudantes e suas comunidades com ensino, pesquisa e extensão, bem como a estrutura multicampes das seções sindicais do ANDES-SN.

**TR - APOIO AOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.**

**Autores:** Eduardo Antunes Dias (APROFURG); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ).

**TEXTO DE APOIO:**

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior - SESU, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, publicou o Edital SESU/SETEC/SECADI/MEC Nº 2 em 5 de setembro de 2012, convocando as Instituições Federais de Educação Superior a apresentarem Projetos Pedagógicos de cursos presenciais de Licenciatura em Educação do Campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAM-PO, em cumprimento à Resolução CNE/CEB nº 1, de 3/4/2002, ao Decreto nº 7.352, de 04/11/2010 e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. O objetivo deste edital foi de reconhecer o modo próprio de vida social e de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, superando assim das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, além de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior para estas. Algumas destas escolas da educação básica estão localizadas em assentamentos, com a expectativa de contarem com os professores que sairão dos cursos de Licenciatura do Campo, e são estimuladas para uma nova forma de viver e conviver no campo e na cidade, respeitando o meio ambiente e incentivando a produção de alimentos saudáveis para um novo equilíbrio social e ambiental. A importância da agricultura familiar consiste na grande produção de alimentos direcionada ao mercado interno e aos programas governamentais como a merenda escolar. Segundo o IBGE (Censo Agropecuário), no Brasil, apenas 20% das terras agricultáveis pertencem aos pequenos produtores familiares. Mesmo assim, a agricultura familiar é responsável por mais de 80% dos empregos gerados no campo. Destaca-se também a sua grande importância para a fixação do homem no campo, além da geração de trabalho e renda iniciada pelo núcleo familiar.

A criação das Escolas de Agroecologia nos assentamentos e das Licenciaturas em Educação do Campo / Bacharelados em Agroecologia nas Universidades estimula o desenvolvimento da agroecologia como base de produção dos assentamentos, com vários exemplos nacionais de norte a sul. Com isso, a relação Cidade-Campo firma-se no contexto de uma alimentação saudável sustentada pelas feiras agroecológicas. Por exemplo, a 120 quilômetros da capital goiana, o município de Goiás, que tem o mesmo nome do estado do centro-oeste brasileiro, reúne no seu entorno 24 assentamentos de agricultores familiares. Os alimentos são produzidos sem agrotóxicos, em estufas, numa área de 500 metros quadrados. Os Sem Terra buscam agora a ampliação do local plantado, o cadastro de produtor rural, como já ocorre com acampados no Paraná, e a certificação orgânica da produção. No Ano de 2007, o MDA iniciou a formação de Especialista, agrônomos, Zootecistas, Veterinários e Engenheiros Florestais para atuarem nos assentamentos, visando fortalecer a produção agroecológica, denotando claramente o interesse da produção saudável e sustentável.

Na contramão do desenvolvimento sustentável está o agronegócio, que despeja milhares de toneladas de agrotóxicos por ano no território brasileiro, não gerando empregos ou recursos para o estado, uma vez que têm isenção fiscal sobre os agrotóxicos e sobre os produtos exportados. O emprego de mão de obra é reduzido e a pressão sobre os povos tradicionais e indígenas impõe a instabilidade no campo, com muitos casos de pistolagem envolvendo assassinatos de lideranças e de trabalhadores rurais, além de indígenas.

O presidente eleito Jair Bolsonaro já anunciou em entrevista exibida no dia 25/10/18, na TV Aparecida, que seria necessário fechar as escolas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e propôs a educação à distância para crianças em áreas rurais. Essa declaração, portanto, é uma ameaça direta às esco-

las do Campo e consequentemente aos diversos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de bacharelado em Agroecologia espalhadas nas Universidades Brasileiras, bem como uma ameaça indireta ao programa de alimentação saudável nas escolas. Desta forma, o ANDES-SN necessita urgentemente amparar os professores que atuam nestes cursos, além de defender as políticas públicas de educação para o campo e de alimentação saudável.

**TR:**

1. Prestar apoio irrestrito às políticas públicas de educação do campo e de alimentação saudável.
2. Criar no ANDES-SN um conselho que desde agora planeje ações de proteção aos docentes que atuam nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de bacharelado em Agroecologia.
3. Estimular um programa de voluntariado para professores das Universidades atuarem, por módulos, nas escolas do Campo.
4. Estimular vivências acadêmicas de estudantes da IFES nas Escolas dos Assentamentos.

**TR - FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE ALIMENTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DA CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF).**

**Autores:** Eduardo Antunes Dias (APROFURG); Eduardo Dias Forneck (APROFURG); Márcia Umpierre (APROFURG).

**TEMA: AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL.**

**TEXTO DE APOIO:**

A agricultura familiar recebeu um grande incentivo graças à criação, em 2009, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e também por meio da Lei nº 11.947/2009, que estabeleceu 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar (FNDE) para a aquisição de produtos oriundos desta atividade. Esta ação estava perfeitamente articulada com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e inserida na política nacional de segurança alimentar e nutricional para grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Consequentemente, sistemas agroecológicos e orgânicos de produção animal e vegetal em pequena escala foram largamente favorecidos. Com a extinção do MDA, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE foram duramente atingidos. Para se ter uma ideia, em julho de 2017, houve uma redução de 67% dos recursos do PAA em relação à execução do ano anterior. Portanto, toda uma política de segurança alimentar de cunho social, baseada na alimentação saudável, foi prejudicada, deixando os próprios agricultores familiares em situação de vulnerabilidade. Além disso, os cortes no orçamento de 2018 explicitam que a agricultura familiar não terá mais o mesmo espaço no pacto político nacional. Um exemplo muito representativo sobre esta questão foi a exclusão de perguntas sobre a agricultura familiar do questionário aplicado no censo agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que levará a uma fragmentação do conceito geral de agricultura devido à segregação da agricultura familiar do restante que supostamente é considerado como "agricultura formal". Com base neste cenário prejudicial para os filhos dos trabalhadores que consomem produtos saudáveis da agricultura familiar nas escolas, sugerimos sanções de repúdio às atuais políticas implementadas pelo governo Temer que prejudicam a agricultura familiar e apoio às políticas nacionais vigentes no governo anterior.

**ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL 062º CONAD DELIBERA:**

1. Denunciar permanentemente a ofensiva reacionária do latifúndio/agronegócio/mineração contidas nos PL, MP, CPI com consequências deletérias para as populações originárias, tradicionais, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, por meio da imprensa sindical e em eventos políticos e sindicais nos quais o Andes-SN

tenha participação.

2. Articular, com as entidades sindicais e movimentos sociais, lutas concretas contra a ofensiva do latifúndio, agronegócio, mineração e políticas energéticas e logísticas neodesenvolvimentistas a fim de frear os avanços sobre as conquistas e direitos das populações originárias, tradicionais, pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais.
3. Lutar contra a aprovação dos PL nº 6442/2016, PLS nº 654/2015 e das PEC nº 215/2000, PEC nº 65/2012, que, em geral, afetam licenças ambientais em áreas indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e que alteram as reservas legais. Exigir a revogação de leis que retirem direitos e conquistas das populações originárias, tradicionais, pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais.
4. Lutar pela revogação da Lei 13465/2017 (MP 759) que aprovou novas regras para regularização fundiária, autorizando a venda de terras públicas no campo e na cidade. Tal lei facilita a concentração fundiária, a grilagem de terras, a degradação ambiental, vulnerabilizando ainda mais as comunidades tradicionais e pobres do campo e da cidade e também facilita a alienação imobiliária nas universidades.
5. Construir via as secretarias regionais e seções sindicais do Andes-SN, ações de apoio político e logístico aos movimentos sociais de ocupação de trabalhadores do campo e da cidade.
6. Lutar contra a aprovação do PL 4059/2012 e seu substitutivo que autoriza venda de terras aos estrangeiros sem estipular limites.
7. Promover uma ampla discussão com a sociedade sobre o destino final das diferentes demandas por recursos naturais, que geralmente surgem por demandas do capital.

**TR:**

1. Reivindicar o restabelecimento das chamadas públicas de aquisição de alimentos saudáveis oriundos da agricultura familiar para a merenda escolar nos mesmos patamares dos anos anteriores à 2017, garantidas pelos 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar (FNDE);
2. Repudiar a metodologia utilizada pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2017 que segregou a Agricultura Familiar;
3. Repudiar a extinção do MDA;
4. Prestar apoio irrestrito às políticas públicas que incentivam a produção agroecológica de alimentos de origem vegetal e animal.

**TR - CONSOLIDAÇÃO DA RESERVA LEGAL NO BIOMA PAMPA**

**Autores:** Eduardo Antunes Dias (APROFURG); Eduardo Dias Forneck (APROFURG).

**TEMA: AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL.**

**TEXTO DE APOIO:**

No mês de dezembro de 2015 a 10ª Vara da Fazenda Pública emitiu uma decisão referente à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul visando assegurar o percentual de 20% de área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, no Bioma Pampa. Nesta decisão, determinou que se enquadrasse como "área remanescente de vegetação nativa" a área rural anteriormente declarada como "consolidada por supressão de vegetação nativa com atividades pastoris". Entretanto, o Projeto de Lei Nº 4.508-A, de 2016, ameaça esta decisão, pois descaracteriza o conceito de Reserva Legal, ao introduzir o termo "forrageira cultivada". A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião ordinária, aprovou unanimemente o Projeto de Lei no 4.508/2016, com emenda, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Shéridan, visando alterar a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar o apascentamento de animais em área de Reserva Legal. Nota-se que o problema não reside na questão do uso sustentável da Reserva Legal por meio do apascentamento de animais, já que a decisão da 10ª Vara da Fazenda Pública reforça que

a atividade pastoril não descaracteriza o Bioma Pampa, pelo contrário, o conserva. Porém, ao introduzir o termo "forrageira cultivada" no conceito de Reserva Legal, abre-se um precedente perigoso para substituírem-se as forrageiras nativas pelas cultivadas, desvirtuando assim o seu propósito. Reforça-se que a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, diz em seu Art. 12: "Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal [...]"; e em seu Art. 17: "A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. § 10 Admite-se a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama, de acordo com as modalidades previstas no art. 20." Reforçamos que o Pampa é um dos biomas mais vulneráveis do país e importantíssimo para a manutenção das atividades da Pecuária Familiar que tem como base o campo nativo. Tanto o Bioma Pampa quanto a Pecuária Familiar estão desaparecendo em função do avanço de monoculturas como a da soja e a da silvicultura e que agora também estão ameaçados por projetos de mineração.

**ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL 062º CONAD DELIBERA:**

1. Denunciar permanentemente a ofensiva reacionária do latifúndio/agronegócio/mineração contidas nos PL, MP, CPI com consequências deletérias para as populações originárias, tradicionais, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, por meio da imprensa sindical e em eventos políticos e sindicais nos quais o Andes-SN tenha participação.
2. Articular, com as entidades sindicais e movimentos sociais, lutas concretas contra a ofensiva do latifúndio, agronegócio, mineração e políticas energéticas e logísticas neodesenvolvimentistas a fim de frear os avanços sobre as conquistas e direitos das populações originárias, tradicionais, pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais.
3. Lutar contra a aprovação dos PL nº 6442/2016, PLS nº 654/2015 e das PEC nº 215/2000, PEC nº 65/2012, que, em geral, afetam licenças ambientais em áreas indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e que alteram as reservas legais. Exigir a revogação de leis que retirem direitos e conquistas das populações originárias, tradicionais, pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais.
4. Lutar pela revogação da Lei 13465/2017 (MP 759) que aprovou novas regras para regularização fundiária, autorizando a venda de terras públicas no campo e na cidade. Tal lei facilita a concentração fundiária, a grilagem de terras, a degradação ambiental, vulnerabilizando ainda mais as comunidades tradicionais e pobres do campo e da cidade e também facilita a alienação imobiliária nas universidades.
5. Construir via as secretarias regionais e seções sindicais do Andes-SN, ações de apoio político e logístico aos movimentos sociais de ocupação de trabalhadores do campo e da cidade.
6. Lutar contra a aprovação do PL 4059/2012 e seu substitutivo que autoriza venda de terras aos estrangeiros sem estipular limites.
7. Promover uma ampla discussão com a sociedade sobre o destino final das diferentes demandas por recursos naturais, que geralmente surgem por demandas do capital.

**TR:**

1. Suprimir o termo "ou cultivadas" do Artigo 24-A do Projeto de Lei nº 4.508/2016 que visa alterar a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro;
2. Alterar o percentual de 20% de área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, no Bioma Pampa.



# APROFURG REALIZOU DUAS FESTAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DOS PROFESSORES

Apesar dos tempos difíceis em que vivemos, a APROFURG - Seção Sindical ANDES/SN reiterou a importância do papel dos professores e professoras na atual conjuntura do nosso país. Por isso, no dia 18 de outubro, a APROFURG realizou uma festa na cidade de São Lourenço do Sul. No dia seguinte, 19 de outubro foi a vez do Salão Social do Sindicato receber uma comemoração com cerca de 100 pessoas.



# APROFURG APROVA FRENTE LOCAL PARA COMBATER O FASCISMO

No dia 16 de outubro a APROFURG - Seção Sindical ANDES-SN realizou mais uma Assembleia Geral (AG). Desta vez, foram dois pontos de pauta. O primeiro foi a discussão da Conjuntura Eleitoral a fim de definir posição e estratégia de combate ao fascismo. O segundo ponto foi sobre a construção de uma Frente das trabalhadoras e trabalhadores para defender a democracia, os direitos, a universidade pública e o combater o fascismo. Vale ressaltar que esta AG foi peculiar, pois na semana anterior, quando o Sindicato divulgou os pontos de pauta para os seus sindicalizados, a APROFURG sofreu inúmeros ataques nas redes sociais e em blogs.

Precisamente às 14h, em segunda chamada, os membros da diretoria da APROFURG, acompanhados do assessor jurídico, Leandro Benvenuti, deram início aos debates. Depois de inúmeras discussões, foi proposto pela diretoria que a nota divulgada anteriormente sobre a defesa da democracia e combate ao fascismo fosse adaptada pela assembleia. Com isso, o texto passaria a representar toda a categoria da APROFURG. O presidente Cristiano Engelke leu a nota e colocou todos os apontamentos e sugestões levantados pelos professores e professoras sindicalizados(as). Após ampla discussão, a nota foi aprovada por unanimidade e passou a representar toda a categoria de professores e professoras da APROFURG, e não somente a opinião da sua diretoria.

Já o segundo ponto de pauta começou com a diretoria da APROFURG propondo a construção da Frente local das trabalhadoras e trabalhadores para defender a de-



mocracia, os direitos, a universidade pública e o combater o fascismo. A votação foi proposta e, por unanimidade dos professores e professoras presentes na assembleia, foi criada a Frente local na APROFURG. Também foi aprovada uma comissão com 13 docentes que serão responsáveis pela construção da Frente e pelas articulações com outros grupos, sindicatos e movimentos.

Para o presidente da APROFURG, Cristiano Engelke, o momento foi histórico para a luta do sindicato. “É fundamental uma articulação na defesa da democracia, da liberdade de expressão e da atuação dos sindicatos e movimentos sociais.

No caso específico da APROFURG, a defesa intransigente da universidade pública, gratuita e de qualidade e socialmente referenciada, além da valorização do trabalho docente devem ser pautas sempre lembradas. Não se pode silenciar frente a onda fascista que prega violência, o ódio em nossa sociedade”, explicou Engelke.

Já para o integrante da comissão e professor do campus de São Lourenço do Sul, Eduardo Dias, a Frente surge em um momento crucial para o país. “Não queremos perder os nossos direitos e por isso resolvi participar para lutar e demonstrar para as pessoas o quanto é importante a continuidade na democra-

cia no Brasil. Temos que continuar tendo ações republicanas e que não tenhamos nenhum direito a menos”, explicou Dias.

Sobre a importância da criação da Frente, Dias destacou a postura da APROFURG. “A importância do sindicato se manifestando e defendendo os professores e professoras, além de estar cumprindo a sua função de alerta a tudo que possa atentar contra a categoria. Combater o fascismo é mais do que uma questão sindical, é uma questão de humanidade”, completou o Dias.

## NOTA DA APROFURG

O país vive um dos seus momentos mais graves e tensos da sua história recente. O acirramento das posições políticas e o aprofundamento da luta de classes fez emergir e ressurgir movimentos extremados e violentos. O crescimento do fascismo no Brasil é preocupante e não pode silenciar as entidades que representam a classe trabalhadora, que por natureza e identidade, estão alinhadas com a defesa dos valores republicanos da Democracia, em defesa dos direitos humanos e das minorias. As eleições atuais se revelaram como elemento catalisador de mais ódio e intolerância na busca pelo poder e controle do Estado.

A APROFURG – Seção Sindical Andes/SN se coloca na defesa intransigente da DEMOCRACIA como uma alternativa legal e institucionalizada que possibilita as condições para o Estado oferecer ao cidadão justiça social, a garantia dos direitos sociais e civis, a liberdade individual e política, o respeito às diferenças e à diversidade e a redução das desigualdades.

O debate político é essencial na vida em sociedade. O respeito ao contraditório, às instituições, às leis e às urnas são fundamentais

para o fortalecimento democrático. Todas as formas de violência são repudiáveis, pois favorecem modelos autoritários e antidemocráticos. A neutralidade não é uma opção, ela favorece o opressor.

A APROFURG alerta à comunidade acadêmica e à sociedade em geral quanto aos perigos iminentes do fascismo e reafirma a sua defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade, da liberdade política e de associação em entidades representativas de classe, e dos direitos humanos. Além disso, a Diretoria se coloca contra todas as formas de discriminação e opressão que atingem principalmente negros, mulheres, indígenas, homossexuais, pessoas trans, imigrantes, estrangeiros, pessoas com deficiência, pequenos agricultores e trabalhadores assalariados.

**Por justiça social, contra o fascismo e a opressão lutaremos sempre!**

Rio Grande, 16 de outubro de 2018  
APROFURG – Seção Sindical ANDES/SN

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RATIFICA A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS DOCENTES

No último dia 31 de outubro, o Supremo Tribunal Federal julgou o mérito da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) nº 548, ajuizada pela Procuradoria Geral da República em face das decisões judiciais em âmbito de poder de polícia eleitoral que permitiram a busca e a apreensão de documentos e de materiais de campanha em diversas Universidades Federais.

Em suma, a Corte entendeu que as medidas autorizadas pela Justiça Eleitoral afrontaram preceitos basilares do ordenamento jurídico brasileiro, insertos nos artigos 5º, 205 a 207 da Constituição Federal, em especial a **livre manifestação do pensamento e de ideias, a autonomia universitária – inclusive didático-científica – e a liberdade de cátedra.**

A decisão produziu efeitos imediatos sobre a questão eleitoral debatida, concluindo que a liberdade de expressão não pode ser confundida com propaganda eleitoral e enfatizando que as normas do direito eleitoral não têm o condão de sobrepor-se aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Todavia, para além deste aspecto, o julgado representa **importante paradigma na defesa dos servidores públicos, em especial dos docentes, diante da recorrente**

**conjuntura de ameaças à liberdade de ensino e dos ataques físicos e morais.**

Os Ministros do STF enfatizaram a precedência destas garantias fundamentais sobre outras normas, salientando que toda e qualquer conduta administrativa ou judicial deve estar em consonância com estes preceitos constitucionais.

Do mesmo modo, o agir de toda a comunidade acadêmica deve ser norteado pelas premissas da liberdade de expressão, da autonomia universitária e da liberdade de cátedra, em preservação ao regime democrático.

Assim sendo, eventual conduta que coíba o livre exercício da docência constitui grave afronta à ordem constitucional e pode ser passível de reparação. À Universidade cabe adotar todas as medidas internas para proteção do livre exercício da profissão destes trabalhadores.

Por fim, cabe ressaltar que em qualquer hipótese de afronta a estes direitos fundamentais ou de constrangimento do docente no exercício de suas funções, o servidor deve procurar a assessoria jurídica do sindicato para que sejam tomadas as providências necessárias.

Mais informações sobre o julgado em: [www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=394447](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=394447)

